



**TJMA**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO



# **UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO**

## **DIVISÃO COMEÇAR DE NOVO**

São Luís – MA  
Julho/2022

## APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta as atividades realizadas em junho de 2022 organizadas conforme os Eixos abaixo:

Eixo I – Trabalho, Saúde e Educação voltadas às Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas.

Eixo II – Escritórios Sociais

Eixo III – Rede de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional – RAESP

Eixo IV – Documentação Civil Básica

### **Eixo I – TRABALHO, SAÚDE, EDUCAÇÃO.**

Neste Eixo constarão o conjunto de atividades voltadas a implementação da Lei 10.182/2014, ações de monitoramento no campo da Política Nacional de Saúde Prisional - PNAISP, Saúde Mental e ações de Educação, compreendendo-se o monitoramento do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, as quais serão apresentadas por sub-eixo no que couber.

#### **• Sub Eixo Trabalho:**

- Publicação do Decreto 37.806/2022 de regulamentação da Lei 10.182/2014 em 21 de julho de 2022.

#### **• Sub Eixo Educação:**

- Envio de documentos que tratam da remição a **215** destinatários entre Varas e Juízes de competência de Execução Penal quais sejam:

- Nota Técnica 72.2021. DEPEN/MJ – Fomento à leitura, cultura, esportes.
- Orientação Conjunta DMF/CNJ. Nº 01.2022. Remição de Pena.
- Resolução CNJ 391.2021 remição por meio de práticas sociais educativas.

#### **Sub Eixo: Saúde**

- Resolutividade de demandas administrativas referentes ao setor e demandas espontâneas de saúde mental de pacientes judiciais em conflito com a lei.

**Eixo II – ESCRITÓRIOS SOCIAIS** – equipamento público impulsionado pelo CNJ através da Resolução 307/2019, cuja a implantação é fruto da articulação entre Judiciário e Executivo para ofertar serviços especializados a pessoas egressas e seus familiares.

Durante o mês de julho, as atividades da Divisão estiveram voltadas para mobilização dos 12 municípios com perspectiva de implantação de Escritório Social (Balsas, Bacabal, Chapadinha, Caxias, Codó, Colinas, Imperatriz, Santa Inês, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Timon) ,

envolvendo os gestores municipais (prefeitos e secretários), juizes/as das Comarca e representantes da sociedade civil, naqueles municípios com entidades que desenvolvam algum trabalho direcionado ao publico egresso do Sistema Prisional. Para tanto foram realizadas as seguintes ações:

- Envio de Ofícios aos gestores dos 12 municípios convidando para reunião virtual com Coordenação-Geral da UMF e Coordenação Estadual do Fazendo Justiça – CNJ;
- Envio de Ofícios aos juizes das Comarcas das 12 cidades onde serão implantados os novos Escritórios Sociais.
- Criação de 12 salas virtuais e divulgação do link para chefias de gabinetes e secretários municipais;
- Contatos telefônicos sistemáticos para confirmação de participação nas reuniões.

DIA	CIDADE	HORÁRIO	LINK
25/07/22	Balsas	09:00 horas	<a href="https://meet.google.com/yzw-sw rz-pge">meet.google.com/yzw-sw rz-pge</a>
	Bacabal (adiada)	10:00 horas	<a href="https://meet.google.com/mtb-gktn-fqr">meet.google.com/mtb-gktn-fqr</a>
26/07/22	Chapadinha	10:00 horas	<a href="https://meet.google.com/fvw-rsor-hvh">meet.google.com/fvw-rsor-hvh</a>
	Caxias	15:00 horas	<a href="https://meet.google.com/txh-wnr v-ofi">meet.google.com/txh-wnr v-ofi</a>

As reuniões aconteceram pela plataforma virtual conforme links acima, com exceção do Município de Bacabal, que optou por reunião presencial em data posterior, em virtude do Gestor Municipal está em São Luís no período,

Participaram dessas reuniões 07 pessoas dos municípios convidados, além da representação da UMF pelo Desembargador Francisco Ronaldo, Juiz Douglas Martins, representante do Programa Fazendo Justiça, Cláudia Gouveia; Coordenador Executivo da UMF, Miguel Moisés e Chefe da Divisão Começar de Novo, André Barreto.

- **Balsas:**
  - Magda Fernanda - Secretária de Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego,
  - Thamara Lira - Assessora Jurídica;
- **Chapadinha:**
  - Ezequias Douglas - Secretário de Assistência Social, Ezequias Douglas,
  - Loren – Advogada do Município,
  - Wanessa Guerra – representando o Juiz Luiz Emílio,
- **Caxias:**
  - Ana Lúcia - Secretária de Assistência Social
  - Adenilson Dias de Sousa - Procurador-Geral do Município.

Tais municípios acenaram positivamente à proposta, os quais foram orientados aos passos seguintes, que seria o envio à UMF do termo de Adesão assinado pelo gestor/a Municipal para posterior envio ao DMF/CNJ.

**Eixo III – REDE DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PRISIONAL – RAESP**, metodologia indicada pelo Conselho Nacional de Justiça através da Resolução 307/2019 que visa aprimorar o atendimento às demandas das pessoas egressas.

- 12/07/22 – Reunião da Coordenação da RAESP – MA (Conselho da Comunidade na Execução Penal – Jeane; UMF – TJMA - Andre Barreto e Jercenilde Cunha; SEAP – Supervisão de Reintegração Social - Edmara e Cristiane, com a participação de representantes da Rede Amiga da Criança. O Foco principal foi conhecer a experiência da Rede Amiga da Criança, no momento representada pela Articuladora Aurélia Neres dos Santos e Quésia Barros Madeira – Pastoral da Criança, organização componente da Rede. (Ver Relatório da reunião).

Com base nessa Reunião, a Coordenação da RAESP produziu um Roteiro de perguntas para ser encaminhada às instituições que compõem essa Rede com vistas a construir o Protocolo de Intenções da RAESP – MA.

- Elaboração de roteiro de questões para envio às instituições que compõem a RAESP, com a finalidade de construção de um Protocolo de Intenções da Rede.

**Eixo IV – DOCUMENTAÇÃO** – Certidão de Nascimento e Casamento – de apenados e seus familiares, solicitadas pelas unidades prisionais do Estado do Maranhão através do Sistema da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – SisUMF. Diariamente é realizado tratamento das solicitações feitas pelo Sistema SISUMF e ChatBot da UMF/Telegram de Certidões de Nascimento/Casamento.

No mês de referência foram solicitadas 33 documentos (certidão de nascimento/casamento) com a devida alimentação de informações no SisUMF, sobre as providências adotadas.

No período, foram localizadas nos cartórios e encaminhadas às unidades prisionais 14 documentos:

- 08 Certidões de Nascimento (06 em meio físico e 02 em meio digital);
- 04 Certidões Negativas

Tais documentos possibilitam a essas pessoas que adentram ao sistema sem nenhum documento, sua identificação civil junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, acesso a projetos educacionais e laborais, assim como a devida correção nos autos, quando o caso requer.

**12/07/2022** – Reunião com Diretoria do FERJ para tratar sobre o repasse da Ação de Documentação à SEAP. Nesta reunião foi pautado pelo Diretor da inviabilidade inicial dessa proposta em razão do Fundo de Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais - FERC, que subsidia a

gratuidade da emissão de 2ª via de certidão de nascimento solicitada pelo Começar de Novo, visto ser uma ação do Tribunal de Justiça, onde vincula-se esse Fundo. Tal repasse requer – alteração da Lei do FERC para garantia dessa **solicitação** pelo poder executivo, sem ônus, quando se tratar do publico recluso e egresso do Sistema Prisional.

Ao remeter a questão à Coordenação Executiva da UMF, a orientação foi

**20/07/22** – Participação em reunião do Núcleo de Documentação Civil do CNJ (Coordenada por Roberto Amado – CNJ) com a SEAP pelo link: Reunião do Microsoft Teams/ ID da Reunião: 242 648 747 695 Senha: W2ezuy. Tal convite se deu em decorrência da expertise do Começar de Novo com documentação, assim como, seu papel de monitorar os dados sobre pessoas reclusas sem identificação civil, conforme Resolução 307/2019 – CNJ. Nesta reunião foi registrado pela SEAP alguns desafios que persistem na emissão de documentação, dentre estes, emissão de CPF. Neste aspecto, o CNJ informou que o diálogo com a Receita Federal tem apontado estratégias – cadastro para solicitação de CPF (com direito político suspenso) em link direto da Receita Federal - RF, eliminado assim envio de cópias de documentos e ofícios às Delegacias Regionais. Nesta ocasião também houve a informação sobre Resolução do TSE 23.659/2021 – emissão de Título de Eleitor de pessoas com direitos políticos suspensos.

#### **OUTRAS ATIVIDADES -**

04/07/2022 – Reunião com Coordenação Executiva da UMF e Coordenação do Programa Fazendo Justiça para alinhamento das ações e estratégias do Plano de Ação da Divisão (Ver Relatório da Reunião).

São Luís, 01 de julho de 2022.

André Barreto  
Chefe da Divisão do Programa Começar de Novo

Equipe Técnica

Sanyse Sabino – Assistente Social

Jercenilde Cunha Silva – Assistente Social

Apoio Administrativo

Ludmila de Pádua – Contrato Temporário SEAP

Maria Lindalva Boa Vida da Conceição – Contrato Temporário SEAP